

Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos: A questão dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)

LETÍCIA ROSA MARQUES*

Introdução

O presente artigo, que tem por tema os negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845) e as suas participações como Ministros junto ao movimento farrapo, é resultado de uma pesquisa iniciada durante a Graduação¹, e que atualmente está sendo aprofundada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Desta forma, pesquisar o envolvimento dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha, apresentou-se como uma tarefa um tanto que desafiadora, uma vez que este foi e ainda é um tema que necessita de novas leituras e de trabalhos que tragam diferentes abordagens.

Considerada um símbolo para a identidade regional, a Revolução Farroupilha e alguns dos que dela participaram, como a elite² do movimento, ganharam lugar de destaque na historiografia rio-grandense, ao serem resgatados pela memória de um coletivo e preservado, ao longo dos anos, pela história regional.

Michael Pollak (1989) ao lembrar que a memória é seletiva, evidencia a teoria do enquadramento, levando em consideração os diferentes atores e os processos que intervêm no trabalho de constituição e formalização da memória, onde o historiador ao resgatá-la contribui significativamente nesta “seleção”.

Referenciada por um coletivo, segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória individual se constitui a partir de um ponto de vista sobre a memória coletiva, que pode

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Mestranda em História, Bolsista Capes. E-mail: leti_rmarques@yahoo.com.br

¹ Pesquisa iniciada como bolsista de Iniciação Científica Fipe Sênior-2009/2010, junto a Universidade Federal de Santa Maria, que propiciou o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Graduação, intitulado “Entre Soldados e Ministros: a participação de negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-45), orientado pela Profª. Drª Maria Medianeira Padoin, defendido em dezembro de 2010 .

² Utiliza-se de Flávio Heinz ao se referir à elite, uma vez que para este, trata-se “de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referências a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. (HEINZ, 2006, p. 07).

ser influenciada tanto pelo lugar que este ocupa em seu grupo, bem como pelas redes nele estabelecidas, uma vez que é no coletivo que se encontra, como também nos coloca René Rémond, “as raízes das convicções e as origens dos comportamentos” (2003:36).

Tendo como ponto de partida a “Nova História Política”, que se apresenta como uma renovação à História Política tradicional, compreendemos e destacamos neste artigo a importante relação entre o coletivo, a História e o político.

Assim, tendo como recorte temporal, o período de 1835-1845 e o desenvolvimento da Revolução Farroupilha, este estudo tem como objetivo maior, analisar a participação dos negros e mulatos junto ao movimento farrapo, mostrando que esta não se limitou apenas às tropas farroupilhas e aos Lanceiros Negros³. Desta forma destacaremos a atuação de dois Ministros que ocuparam posições/cargos de destaques junto ao movimento, mas que a historiografia por muito tempo silenciou que eram ocupados também por homens considerados como mulatos.

Assim, por meio do estudo dos Ministros Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos⁴, buscamos evidenciar os diferentes mundos por negros e mulatos ingressados e os diferentes meios de acesso, que foram muitas vezes favorecidos pela condição socioeconômica e a rede de relações sociais⁵ a eles vinculadas.

Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos: brancos, negros ou mulatos?

Trabalhar a participação dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845), nos faz repensar uma temática bastante pertinente e ainda questionada na historiografia brasileira: a questão do “ser negro” e “ser mulato” no Brasil Imperial.

Como definir socialmente aqueles que no século XIX eram uma parcela significativa da população da então Província do Rio Grande do Sul?

³ Formado em 12 de setembro de 1836 o 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros, teve um papel fundamental na Batalha do Seival, fazendo com que alguns anos mais tarde, mais precisamente em 31 de agosto de 1838, fosse criado o 2º Corpo de Lanceiros Negros.

⁴ Os documentos referentes a José Mariano de Matos, divergem quanto a escrita de seu sobrenome, que pode ser apresentado como Matos, ou como Mattos.

⁵ Ao mencionar o termo rede social, fundamenta-se em Fábio Kuhn (2006), que entende as redes sociais “como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais ou, em outras palavras, as “relações pessoais que formam redes, e não apenas cadeias ou trilhas, precisamente porque cada pessoa e grupo constituem um ponto de encontro, ou nó, de muitas relações”” (2006:21).

No período colonial, segundo Barros (2009:14), foi sendo socialmente construída uma idéia do “ser negro” por oposição ao “ser branco”, com o objetivo de “alimentar” o desenvolvimento do tráfico de escravos, onde alguns aspectos foram sendo estabelecidos como “diferenças”, que vieram a repercutir na formação política, econômica e social do Brasil.

Dentre estes aspectos, a questão da cor foi uma das características “selecionadas” para a diferenciação, visto que como coloca Barros “Nem todas as diferenças naturais e culturais são selecionadas como diferenças sociais” (2009:53).

Desta forma, percebe-se que existe uma construção social que envolve essas definições, que são aprendidas/desenvolvidas no seio de determinadas sociedades, ao implantarem diferentes formas de percepções nos indivíduos que as compõem.

Assim, o considerado negro no Brasil, encontrou espaço na sociedade Imperial brasileira como importante fonte de mão-de-obra, mas não limitou-se a esta situação. Mesmo que em grande parte se encontrassem na condição de escravos, o “negro”, em alguns casos, conseguiu se inserir de outras formas na sociedade, uma vez que o sistema escravista permitia algumas brechas que possibilitavam que o escravo conquistasse a sua alforria, como a inserção na condição de soldado, junto às tropas do exército⁶.

Mas entre o “ser visto” como negro ou como branco, o imaginário do período Colonial e Imperial apresentou outra construção: o mulato.

O “ser mulato” no Brasil Colonial e Imperial significava estar localizado em uma categoria mais bem situada que os escravos e os negros libertos do mesmo período. No Brasil Imperial foi se moldando uma sociedade baseada nas representações, onde espaços foram sendo criados, e uma construção social sendo estabelecida.

O mulato neste período encontrou um pequeno espaço de movimentação social, onde a condição socioeconômica em que se estava inserido poderia ser levada mais em consideração do que muitas vezes suas características físicas. Este era um grande passo para uma maior mobilidade, pois mesmo a questão da cor sendo “silenciada”, o que de forma alguma faria com que esta fosse esquecida ou socialmente aceita, o “mulato”

⁶ Vale lembrar que o número de alforrias no século XIX diminuiu consideravelmente em relação ao século XVIII, em razão da alta dos preços dos escravos. Para este tema sugere-se o trabalho de GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 417-435.

deste período ao ter contato com melhores condições sociais, conseguia algumas vezes ascender socialmente, ocupando cargos que muitas vezes a historiografia omitiu que não fossem somente de uma elite branca.

Como já mencionamos, a historiografia recentemente vem dando uma maior atenção a questão dos Negros⁷ no movimento farrapo, e quando a faz ainda é de uma forma um tanto que genérica, vinculando a participação destes com a Surpresa de Porongos⁸, sem um maior estudo/aprofundamento daqueles que participaram junto a liderança do movimento.

A historiografia ao silenciar estas participações, deixa espaços, que segundo Flores (2004:55) acabaram muitas vezes sendo preenchidos pela tradição que reconstituiu o passado de maneira idealizada. E, esta reconstrução, colaborou para a elaboração de um imaginário social, que ainda vincula a Revolução Farroupilha aos seus grandes líderes, e assim, principais personagens.

Sabe-se que o movimento farrapo não se desenvolveu e não foi composto apenas por este pequeno grupo, e que ao direcionarmos o nosso olhar para a historiografia, perceberemos que esta construção é fruto da representação estabelecida ao longo da História, formulada e desenvolvida dentro de uma sociedade.

No entanto, se nos limitássemos a estudar apenas a liderança do movimento farrapo, esta abordagem já nos identificaria a participação de mulatos como farrapos, visto que importantes cargos administrativos do período da Revolução Farroupilha, foram ocupados por homens ditos “de cor⁹”.

Considerado como cargo estratégico no período da Revolução Farroupilha, assumir o Ministério e fazer parte da administração da então República Rio-Grandense era “privilégio” de poucos, e afirmo ser um privilégio, visto o poder atribuído a tal cargo, bem como a condição e o “status” social que a ele eram somados.

⁷ Destaque para os autores Moacyr Flores (1985/2002/2004), Mario Maestri (1985/2002/2004), Margaret Bakos (1985), Raul Carrion (2005), Spencer Leitman (1979/1985/2007), entre outros.

⁸ Episódio ocorrido em 14 de novembro de 1844, onde centenas de soldados negros e mulatos foram atacados e mortos por tropas imperiais.

⁹ Utiliza-se este termo para se referir a pessoas que não eram consideradas brancas, no período do Brasil Imperial.

Mas como fazer parte deste seletivo grupo? Acreditar que apenas capacidades administrativas e de lideranças são requisitos suficientes para alguém desempenhar esta tarefa, seria um grande equívoco.

Ocupar cargos como os de Ministros no período da Revolução Farroupilha, exigiram sim capacidades de comando, mas estas só seriam “valorizadas” de acordo com a condição socioeconômica de determinado indivíduo, acompanhado das redes de relações sociais por esse estabelecidas, onde postos e cargos eram atribuídos a pessoas de um mesmo âmbito social. Em correspondência do dia 9 de dezembro de 1841, José Mariano de Matos recusa o “convite” feito por Domingos José de Almeida, para ocupar o cargo de Ministro das Repartições do Interior, Justiça e Fazenda, constatada no fragmento:

[...] devo então dizer a V. Ex^a., com a franqueza que me é própria, que estou firmemente resolvido a não aceitar mesmo interinamente um emprego para que não tenho suficiente aptidão, e neste caso me considero, e realmente o estou a respeito do Ministério das Repartições do Interior, Justiça e Fazenda que V. Exa. pretende deixar¹⁰.

Assim, pode se afirmar que foi uma minoria que esteve no comando do movimento farrapo, fortalecida pelas suas condições sociais e econômicas favoráveis. Mas quem foram estas minorias e se estas foram exclusivamente brancas, são pontos e concepções que precisam ser discutidos e analisados, bem como as construções sociais então estabelecidas.

As questões do “ser branco”, “ser negro” e “ser mulato” no Brasil Imperial, se apresentaram como conceitos fluidos, elásticos, onde a questão da cor da pele, poderia estar atrelada a condição econômica de determinado indivíduo, que quanto mais alta, mais “branco” o tornava.

Ser branco poderia se apresentar como sinônimo de ser livre, de ter acesso a um mundo, do qual negros e mulatos teoricamente não teriam, porque a estes estavam limitadas as posições sociais consideradas como mais inferiores. Mas, praticamente, tais “teorias” sociais poderiam ser dribladas por negros e mulatos, caso esses conseguissem formas “alternativas” de ascender socialmente.

¹⁰ Correspondência do Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, CV – 5793, 9 de dezembro de 1841.

Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos, foram importantes líderes e Ministros da Revolução Farroupilha. O primeiro, reconhecido historiograficamente, tendo algumas biografias já publicadas, apresentou divergências apontadas em alguns trabalhos quanto as suas origens e características físicas. O segundo, Matos¹¹, não teve nenhum estudo mais específico/aprofundado que se destacasse na historiografia, mesmo tendo participação efetiva nas principais decisões do período junto ao movimento farrapo, considerado por alguns autores, bem como por fonte documental do período, como sendo mulato.

Vale lembrar que não pretendemos neste artigo, fazer classificações ou constituir categorias que estabeleçam enquadramentos para diferentes características físicas. Pelo contrário, queremos mostrar como essas características encontram certa “mobilidade”, visto a interpretação e o olhar a que lhe são atribuídos.

Tais divergências se apresentam em nosso objeto de pesquisa, quando percebe-se as diferentes concepções/interpretações para características físicas de um mesmo indivíduo. Assim, partindo dessas construções sociais, um dos envolvidos por essas diferentes interpretações foi Domingos José de Almeida.

Nascido no ano de 1797, em Minas Gerais, mais especificamente no Arraial do Tijuco, atual Diamantina, Almeida era filho de Domingos José de Almeida e Silva e de Dona Escolástica de Abreu. Seu pai era um português, sua mãe uma natural da freguesia do Tijuco, localizada em Minas Gerais.

Segundo José Zeferino da Cunha (1902), Domingos de Almeida nasceu e se criou no meio de uma família humilde, evidenciando tal afirmação, ao colocar que “Seus pais, de profissão moleiros, empregavam seus poucos recursos no sustento de sua família, e viviam-se obrigados a empregar-o no commercio [sic], assim como a todos os outros filhos.” (1902:3).

Mas pouco se foi trabalhado sobre a vida de Almeida antes de sua chegada ao Sul, onde as informações se limitam a esses escassos dados sobre sua família de origem simples.

Spalding (1987) foi um dos poucos autores a levantar o questionamento sobre a condição étnica de Almeida. Segundo ele: “Dizem que era escravo, o que, entretanto, não ficou provado, e tanto mais que não era preto, nem mulato, mas apenas moreno

¹¹ Tema do Projeto de Dissertação de Mestrado.

claro, tipo comum no Brasil e em Portugal, até mesmo entre gente da mais pura cepa lusitana.” (1987:64).

Leitman (1985), ao se referir a Almeida, o faz como “O inteligente e ativo mulato” (p. 68) assim, diferente de Spalding (1987), Leitman (1985) ao afirmar que Almeida seria mulato, soma a esta concepção, as construções sociais que esta terminologia vem a representar no período Imperial, como aquele que era mestiço de branco e negro, podendo estar na condição de escravo ou de liberto.

Estabelecendo-se na Vila de São Francisco de Paula, atual cidade de Pelotas - RS, na qual teve seu primeiro contato em 1819, quando a essa região veio para organizar tropas de muares, Almeida conseguiu estreitar laços na região ao se casar com um membro da família Rodrigues Barcellos, considerada uma família de distinta ascendência na região, o que facilitou para que este se destacasse como um dos mais fortes charqueadores desta localidade.

Assim, após casar-se com Bernardina Rodrigues Barcellos em 1824, Almeida se tornou um próspero charqueador. Em recente trabalho, Carla Menegat (2009) ao estudar a rede social do referido casal, analisou a formação da elite charqueadora na então Vila de São Francisco de Paula, apontando as estratégias familiares, políticas e econômicas que permitiram sua reprodução social, que estão intrinsecamente ligadas às possibilidades de mobilidade e espaços ocupados na sociedade.

Foi desta forma que Domingos de Almeida conseguiu prosperar não só economicamente, mas socialmente. Spalding (1987) coloca que:

Ao rebentar a Revolução Farroupilha, a 20 de setembro de 1835, Domingos Jose de Almeida era um dos mais prósperos industriais do tasselho e do charque no Rio Grande do Sul, e um dos homens mais cultos de Pelotas, consultado e ouvido a todo instante, por todos. (1987: 65).

Tais condições, somadas a sua capacidade intelectual propiciaram que este conseguisse ascender a importantes cargos durante o período da Revolução Farroupilha como o de Ministro da Fazenda e logo após Ministro do Interior, cuja atuação foi descrita por autores como Urbano Lago Villela, como de “um republicano autêntico nas fileiras da Revolução” (1977, p. 34).

Villela (1977), assim como Barbosa Lessa (1985), abordaram de forma biográfica, a figura de Domingos de Almeida, mas nenhum deles questionou ou

caracterizou sua ascendência, silenciando possíveis contradições quanto a sua origem étnica.

Considerado por Laytano (1983) como um dos Ministros que maior soma de serviços prestou a República e o responsável por imprimir “as bases produtivas do novo Estado e o impulso de uma orientação livre e avançada” (1983: 263), Almeida foi visto por Laytano, como o “coordenador das nossas rendas” (1983:277).

Assim, foi através da rede de relações sociais na qual Almeida estava associado, ampliada através de seu matrimônio que colaborou para o acesso a posições então consideradas privilegiadas, pelas quais ele sempre ambicionou. Ao adentrar na rede familiar Rodrigues Barcellos, Almeida conseguiu, segundo Menegat (2009) transformar “uma extensa rede de contatos comerciais em parte do patrimônio relacional comum” (2009:181).

Mas, mesmo sendo considerado um dos homens mais cultos da então República, Almeida, segundo Cunha (1902), não recebeu a atenção que deveria/merecia da Província, enfatizando que:

Almeida morreu quasi esquecido pela Província, a quem procurára prestar serviços de maior relevancia, e só venerado e chorado pelo seus filhos e amigos, alguns que viviam na sua intimidade e outros que tinham sido companheiros nas lides revolucionarias. (1902:31).

Para Cunha (1902), esta falta de consideração a Almeida poderia ter sido motivada por suas fraquezas, como ao vincular-se ao extinto Partido Liberal, mesmo segundo Cunha (1902), que este no fundo continuasse a ser um republicano.

Essa narrativa um tanto que idealista de Cunha, nos remete a outro importante nome do período da Revolução Farroupilha, quando coloca que: “[...] a Monarchia nunca teve para com elle o procedimento, que teve com o seu collega e amigo, o ex-ministro da guerra e marinha da Republica José Mariano de Mattos, que chegou até o cargo de ministro da Monarchia”. (CUNHA, 1902:32). Cunha refere-se à José Mariano de Matos, e ao cargo que este ocupou após o final da Revolução Farroupilha.

Matos nasceu no Rio de Janeiro em 1801. Sua filiação foi pouco aprofundada pela historiografia. Através de correspondências do período em que se desenvolveu o movimento farrapo, encontramos cartas de sua mãe, Ana Flávio de Matos, e de um de seus irmãos Luis Briano de Matos, onde a questão da paternidade ainda é algo não

muito esclarecido. Bento em *O Exército farrapo e os seus chefes* (1992), aponta que Matos seria filho de José Mariano de Matos, mas não esclarece sua origem e família, nem a condição social da mesma, mas lembra que José Mariano de Matos (filho) “era mulato, quase branco” (BENTO, 1976).

Aderindo a carreira militar, foi nesta instituição, o Exército, que Matos passou maior parte de sua vida, onde conseguiu ascender hierarquicamente/socialmente, ingressando como praça, até alcançar o posto de Brigadeiro, em 1861.

Tal ascensão foi facilitada pelas condições militares, onde as promoções poderiam seguir critérios tais como merecimento.

Mas vale salientar, que tais critérios eram “melhor” avaliados de acordo com a rede social e a rede de poder em que este estava envolvido, permitindo o contato com pessoas influentes em cargos de destaque, o que se tornava um facilitador de acesso a melhores cargos/posições sociais.

A historiografia, sempre trabalhou a figura de José Mariano de Matos de uma forma bastante breve e um pouco genérica, mesmo ciente dos importantes cargos por ele ocupados junto ao movimento farrapo.

Nomeado Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro por serviços militares prestados na Guerra da Independência, Matos chegou a região sul como Major em 1830. Ocupando o posto de Sargento-mor comandante do 1º Corpo de Artilharia do movimento farroupilha¹².

Casado com Isabel Leonor Meireles de Matos, José Mariano de Matos permaneceu no Rio Grande do Sul até os anos finais da Revolução Farroupilha, junto com sua família, que somava um total de 30 pessoas, na qual contava junto à família de sua mãe¹³.

Matos foi um dos responsáveis pela eclosão da Revolução Farroupilha, e ocupou cargos administrativos de destaque. Nos anos que antecederam a Revolução Farroupilha, foi alvo de críticas de José Mariani. Em correspondência destinada ao Marechal-de-campo Sebastião Barreto Pereira Pinto, do dia 29 de outubro de 1833, onde Mariani ao se referir a Matos, declara:

¹² Correspondência do Acervo do AHRGS, CV-5677, 29 de outubro de 1833.

¹³ Correspondência do Acervo do AHRGS, CV -5818, s/data.

O procedimento deste oficial faz-se tanto mais estranhável quanto naquele mesmo dia tendo prevenido a V. Exa. que dispusesse a tropa da guarnição da cidade para manter a tranqüilidade pública ameaçada por aqueles inquietos homens, ele não só não se achava no seu quartel [1v.], mas até com a sua presença dava maior importância a um ato que nunca deveria prestar-se¹⁴.

Mas não foram só nas ações que antecederam a Revolução Farroupilha, que Matos se destacou pelo seu envolvimento. Foi também Ministro da Guerra, Marinha e Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em substituição a Bento Gonçalves entre 1838 e 1841. Cargo este desempenhado por Matos, que foi ressaltado em correspondência de Francisco dos Santos Leite ao Coronel João da Silva Tavares, de 9 de dezembro de 1839, onde este coloca “[...] há uma notícia dada por um que veio da força de Crescêncio que Bento foi mudado da presidência; entra Matos; [...]”¹⁵.

Essa informação também é dada ao chefe de polícia do Departamento do Boqueirão, por Domingos José de Almeida, semana antes, constada por correspondência de 23 de novembro e 1839, quando Almeida escreve:

Para conhecimento de V. S^a. Incluso remeto um exemplar do decreto de hoje, no Periódico – “Povo” – n^o. 121 estampado, pelo qual querendo S. Ex^a. O Sr. Presidente do Estado pessoalmente atender os negócios da nova República Catarinense, passa temporariamente a comandar o exercito, e ao cidadão José Mariano de Matos, Vice-presidente mais votado, a administração da República¹⁶.

Considerado por autores como Padoin (1999), Flores (2004) e Bento (1976) como mulato, esta afirmação é fortalecida também por fontes documentais do período da Revolução Farroupilha, como é o caso do Diário do Antônio Vicente da Fontoura.

Fontoura que foi Ministro da Fazenda e depois um dos negociadores da Paz, fez através de correspondências enviadas a sua esposa Clarinda, do período de 1^o de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845, algumas referências a cor de José Mariano de Matos, o caracterizando como mulato.

¹⁴ Correspondência do Acervo do AHRGS, CV- 5677, 29 de outubro de 1833.

¹⁵ Correspondência do Acervo do AHRGS, CV-5429, 9 de dezembro de 1839.

¹⁶ Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 348, 23 de novembro de 1839.

Apontado por Fontoura (1984:33), como sendo “o monstro dos monstros”, Matos foi fortemente criticado por este, que utilizava-se nas correspondências da sua condição de mulato, para discriminá-lo e assim diminuir sua força/ideologia política. Ao integrar a tropa farroupilha, Matos se colocou como um dos “braços direitos” de Bento Gonçalves, sendo este grupo por ele integrado, visto com hostilidade por Fontoura.

Assim, também percebe-se as divergências existentes na elite do movimento farrapo, cujos interesses e ideais eram bastante distintos, alimentando um sentimento de desprezo e rivalidade que foi, muitas vezes “contido” durante o período da Revolução Farroupilha, em vista de alguns interesses e de um mesmo “inimigo” em comum: o Império.

No mesmo ano de 1842, percebe-se o importante papel das redes de relações e da posição social então estabelecida, para o acesso a diferentes cargos e a sua influência também nas eleições para Deputado da Assembléia Constituinte do Estado, nas quais Matos foi o oitavo deputado mais votado, eleito com 2,694 votos¹⁷.

José Mariano de Matos e Domingos de Almeida despertaram a “ira” de muitos revolucionários pelos cargos que ocuparam, utilizando argumentos como o de que estes não eram filhos desta Província, para fazerem severas críticas ao governo pelos cargos/funções a eles atribuídos.

O fato é que tanto Matos, quando Almeida, faziam parte do ciclo de amizade de Bento Gonçalves, onde se estabeleceram como importantes “aliados” à causa farroupilha e isso foi um fator relevante para as decisões e escolhas por este tomadas.

Como antes havíamos mencionado, com o término da Revolução Farroupilha, nem todos os farrapos tiveram as mesmas oportunidades. Diferentemente de Almeida, e de outros companheiros de Revolução, Matos foi o farrapo que conseguiu chegar mais alto na hierarquia militar do Império, sendo Ministro da Guerra do Império (1864).

Mas, como Matos sendo um mulato conseguiu tamanho feito? A resposta para este questionamento pode estar associada ao fato de que a “sua cor” era levada menos em consideração do que sua condição socioeconômica.

Matos conseguiu ascender socialmente, através de um pequeno espaço que o considerado “mulato” encontrou de mobilidade no período Imperial, se valendo das oportunidades por ele conquistadas e fortalecendo sempre importantes relações.

¹⁷O AMERICANO, Jornal de Alegrete, nº 4, de 5 de outubro de 1842, p. 207.

Estratégia esta, também usada por Almeida, que fez com que ambos se consolidassem como importantes líderes do movimento, peças chave para a eclosão e manutenção da Revolução Farroupilha.

Conclusão

Importantes personagens, grandes ações. É desta forma que parte da historiografia foi ao longo dos anos trabalhando e resgatando a questão da Revolução Farroupilha, transformando-a em símbolo de identidade regional.

Selecionando fatos, atores e eventos, a memória de um movimento que se destacou dentre outros fatores, por sua longa duração, foi perpetuada por um coletivo, que muitas vezes silenciou, assim como a historiografia, aspectos importantes e necessários para uma maior compreensão do que foi o movimento farrapo.

O exército farroupilha, contou com participações que foram fundamentais para os conflitos mantidos contra o Império, dentre elas as de Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos.

Portanto, ao trabalharmos a figura desses que foram importantes Ministros no período da Revolução Farroupilha, objetivamos enfatizar os diferentes “mundos” por negros e mulatos ingressados.

Desta forma buscamos evidenciar que a questão da cor da pele se apresentou sim como um meio de seleção e de obstáculo a uma possível ascensão social, mas que muitas vezes pode ser “desconsiderada”, visto que a posição social e a rede de relações a ela atrelada se tornavam fatores suficientemente favoráveis para o ingresso a lugares de destaque na sociedade, a ponto de tornar suas origens étnicas um elemento silenciado inclusive pela historiografia.

Assim, ciente do papel do historiador e da interferência do coletivo para a construção e reconstrução da história, este artigo que é resultado de uma pesquisa que esta sendo aprofundada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, buscou ampliar a produção já existente em torno da temática da Revolução Farroupilha. Deste modo, destaca-se que o movimento farrapo contou sim com importantes personagens, mas que estes também poderiam ser negros e mulatos, que deixaram sua marca e colaboram ao também escreverem partes da história.

Referências

BAKOS, Margaret Marchiori. A escravidão negra e os farrapos. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 79-97.

BARROS, José D' Assunção. **A Construção Social da Cor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. **O exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992.

_____. **O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.

CARRION, Raul. **Os Lanceiros Negros na Guerra dos Farrapos**. 2 ed. Porto Alegre, Gabinete do Vereador Raul Carrion, 2005.

CUNHA, José Zeferino da. **Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha de 1835**. Pelotas: Typografia da Livraria Americana Pintos & C., 1902.

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

_____. **Negros na Revolução Farroupilha: Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde**. Porto Alegre: EST, 2004 (Raízes africanas; v. 4)

FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845**. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org).

Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 417-435.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: vértice, 1990.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa – Século XVIII**. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LAYTANO, Dante. **História da República Rio-Grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LEITMAN, Spencer. **Negros Farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX.** In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 61-78.

_____. **Os Farrapos negros e a política da escravidão.** In: FILHO, Omar de Barros; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Sonhos de Liberdade.** Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.

_____. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LESSA, Barbosa. **Domingos José de Almeida.** Porto Alegre: Tchê Comunicações, Editor Airton Ortiz, 1985.

MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho.** Porto Alegre: Ed.Universidade / UFRGS, 1993.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p 351-391.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX).** 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho – Fronteira Platina, Direito e Revolução.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **O Federalismo no espaço fronteiro platino: a Revolução Farroupilha (1835-45).** 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: **Estudos Históricos,** São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais, 1989.

RÉMOND, René. “Uma história presente” e “Do político”. In: REMOND, R. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha.** Petroquímica Triunfo, 1987.

VILLELA, Urbano Lago. **O fundador de Uruguaiana – Domingos José de Almeida,** 1977.

Fontes Documentais

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**, Coleção Varela, vol.7, Porto Alegre, 1983.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**, Coleção Varela, vol.8, Porto Alegre, 1984.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**, Coleção Varela, vol.10, Porto Alegre, 1991.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Guerra civil no Brasil Meridional (1835/1845). **Anais**, Coleção Varela, vol. 17, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/guerracivil.pdf>. Acesso dia 18 de set. de 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845). **Anais**, Coleção Varela, col. 18, Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/segredosdojarau.pdf>. Acesso dia 19 de set. de 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Uma República contra o Império (1835-1845), **Anais**, Coleção Varela, vol. 17, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. [recurso eletrônico]. Disponível em: www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/umarepublica.pdf. Acesso dia 20 de set. de 2010.

Jornal **O AMERICANO** (1842), Acervo do Arquivo Histórico de Pelotas/RS.